
FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO: HANNAH ARENDT E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**ARAÚJO, Elias Paes¹; FERREIRA, Wolney Rodrigues²; CARVALHO, Marco
Antônio de³**

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos - GO. eliaspaesdy@gmail.com;

² Colaborador – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos – GO. wolney.profept@gmail.com; ³ Orientador – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Posse - GO. marco.carvalho@ifgoiano.edu.br;

RESUMO: Um momento obrigatório na formação dos trabalhadores é que estes busquem compreender o que é o trabalho. O presente artigo busca abordar a categoria trabalho a partir de dois eixos: enquanto fundamento ontológico e enquanto configuração histórica. Este desenho do campo de discussão foi elaborado por Gaudêncio Frigotto, em seu texto A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. No primeiro momento são apresentados alguns autores da Educação Profissional e Tecnológica que se alinham a cada um destes campos de discussão. O texto se desenvolve a seguir abordando a discussão de Hannah Arendt, em sua obra A condição humana. Neste texto, ela analisa as condições básicas mediante as quais a existência foi dada ao homem na Terra, que são vida, mundanidade e pluralidade; bem como as suas atividades correlatas, chamadas por ela de vita activa, e que são realizadas como respostas à condição do ser humano no mundo. São elas: o trabalho, a obra e a ação. Por último, procura-se fazer uma correspondência entre os conceitos desenvolvidos por Arendt e a categoria trabalho para a Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Fundamentos ontológicos. Trabalho. Hannah Arendt. Educação Profissional e Tecnológica.

1. INTRODUÇÃO

Um momento obrigatório na formação dos trabalhadores é que estes busquem compreender o que é o trabalho. O presente artigo busca abordar a categoria trabalho a partir de dois eixos: enquanto fundamento ontológico e enquanto configuração histórica. Este desenho do campo de discussão foi elaborado por Gaudêncio Frigotto, em seu texto A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. No primeiro momento são apresentados alguns autores da Educação Profissional e Tecnológica que se alinham a cada um destes campos de discussão. O texto se desenvolve a seguir abordando a discussão de Hannah Arendt, em sua obra A condição humana. Neste texto, ela analisa as condições básicas mediante as quais a existência foi dada ao homem na Terra, que são vida, mundanidade e pluralidade; bem como as suas atividades correlatas, chamadas por ela de vita activa, e que são realizadas como respostas à condição do ser humano no mundo. São elas: o trabalho, a obra e a ação. Por último, procura-se fazer uma correspondência entre os conceitos desenvolvidos por Arendt e a categoria trabalho para a Educação Profissional e Tecnológica.

2. POR QUE PESQUISAR SOBRE O TRABALHO?

A Educação Profissional e Tecnológica refere-se a uma formação articulada ao mundo do trabalho. Busca embasar-se do ponto de vista teórico e prático com vistas a estabelecer relações concretas e pertinentes com a formação crítica do trabalhador. Dessa forma, uma questão incontornável a ela é problematizar a categoria trabalho, situando-a como uma construção sempre referida a determinado tecido social. Dessa forma, é uma categoria que se transforma de acordo com o espaço e com o tempo, ou seja, está sempre relacionada a determinado contexto sócio, histórico, político e cultural.

Para Frigotto (2009) a categoria trabalho é polissêmica, ou seja, possui vários sentidos. Debruçar-se sobre a busca por eles não é um debate escolástico, mas um empreendimento muito pertinente. Um dos motivos é o entendimento raso, frequente entre a grande massa dos que pertencem à classe trabalhadora, que tomam trabalho como sinônimo de emprego. Tal equiparação é equivocada, com consequências diretas para formação da consciência de classe trabalhadora. Desenvolver tal consciência é fundamental para um posicionamento crítico e emancipatório em relação às condições de alienação e exploração dos trabalhadores.

A formação da consciência de classe, ou seja, certa concepção de mundo, é o pilar que sustenta o posicionamento crítico dos trabalhadores acerca de sua condição. A esse respeito, afirma Gramsci:

Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. (Gramsci, 1978, p. 13)

Depreende-se dessa citação que compreender intelectualmente e de forma crítica sua própria condição se impõe como uma necessidade aos trabalhadores. Um capítulo desta formação é o entendimento amplo sobre o que é o trabalho, buscando compreender quais são seus fundamentos ontológicos e suas formas históricas. Dessa forma, lidar com a categoria trabalho provoca a articulação crítica com aspectos de filosóficos, econômicos, políticos, artísticos, culturais e educacionais. Trata-se de um tema amplo e complexo.

3. A POLISSEMIA DA CATEGORIA TRABALHO: ONTOLOGIA E HISTÓRIA

Frigotto (2009) sinaliza o que está sendo produzido no debate da polissemia da categoria trabalho, abordando autores que se alinham ao pensamento de Marx e Engels, em cenário nacional e internacional. Tais análises podem ser compreendidas em duas linhas de pesquisa. A primeira aborda o trabalho em seu sentido ontológico, ou seja, no que diz respeito ao modo como o trabalho se posiciona na construção abrangente do sentido estrutural do que é ser o homem. É uma indagação filosófica. A outra via pesquisa o trabalho a partir da historicidade dos seus sentidos, ou seja, como estes se alteraram ao longo do tempo. Uma síntese desta análise, pode ser vista, de forma sintética, no quadro a seguir.

Quadro 1. A polissemia da categoria trabalho

A POLISSEMIA DA CATEGORIA TRABALHO (Frigotto, 2009)	
ASPECTOS ONTOLÓGICOS	DIMENSÕES HISTÓRICAS
<p>Marx (1983): “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (p. 174). Lukács (1976 e 2004) “trabalho na sua dimensão ontocriativa, em contraposição às formas históricas que assume” (p. 174). Kosik (1969), é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. Por isso ele não se reduz à atividade laborativa ou emprego (p. 174). Mészáros (1981) o trabalho é a mediação de primeira ordem, processo antediluviano entre o homem e a natureza. Usa a expressão mediação de segunda ordem, para designar as formas históricas que ele assume.</p>	<p>Nosella (1989): sinaliza os sentidos que assume a categoria trabalho na Antiguidade, na sociedade moderna burguesa e como se anuncia dentro da utopia de uma sociedade sem classes (p. 174). Naredo (2006) efetiva uma análise na qual examina os valores, concepções e modos de vida que predominaram antes que se tivesse a ideia atual de trabalho (p. 174). Mercure e Spurk (2005): “ampla compreensão da noção de trabalho no pensamento ocidental desde o mundo grego até a moderna sociedade burguesa” (p. 174). Outros autores sobre a historicidade dos sentidos do trabalho, emprego e classe social, de tradição marxista anglo-saxônica: Eric Hobsbawm, Raymond Willians, Eduard Thompson; Brasileiros: Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes (p. 174).</p>

A pesquisa sobre a referência ontológica do trabalho remete a Marx (1983), que situa o trabalho como produtor do homem, na medida em que este transforma a natureza, sendo ao mesmo tempo, transformado por ela. Lukács (1976 e 2004) participa dessa ideia, ressaltando como o trabalho cria o ser do homem. Na mesma linha se situa Kosik (1969) denunciando que trabalho não se resume a emprego, mas embasa o próprio ser do homem. Mészáros (1981) aponta o aspecto ontológico do trabalho como a mediação de primeira ordem, prevalecendo sobre suas expressões históricas.

Entre os autores que compõem a segunda linha de pesquisa, ou seja, o trabalho em suas dimensões históricas está Nosella (1989) que faz uma pesquisa sobre os sentidos do trabalho em diferentes tempos históricos, e termina por apontar como poderia ser o trabalho em uma sociedade sem classes. Naredo (2006) compara a concepção atual de trabalho com outras que vieram antes dela. Mercure e Spurk (2005) também realizam uma pesquisa sobre a noção de trabalho desde o mundo grego até a sociedade burguesa. Segundo Frigotto (2009), outros autores que pesquisaram sobre a historicidade dos sentidos do trabalho, emprego e classe social, de tradição marxista anglo-saxônica foram Eric Hobsbawm, Raymond Willians, Eduard Thompson; E entre os autores brasileiros estão Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes.

Arendt (2005) discute estes dois aspectos da categoria trabalho, com ênfase em seu aspecto ontológico.

4. POR QUE HANNAH ARENDT?

Hannah Arendt, filósofa política de origem judaica, tornou-se uma referência para a teoria política do século XX, e ainda hoje suas reflexões são profundamente pertinentes. Seu pensamento se deu em contexto de embate contra os sistemas totalitários, mantendo sempre uma posição de reivindicação para que a vida política não seja espaço de privilégios elitistas, mas a messe de todos os cidadãos. É autora de consistente obra filosófica e esteve sempre em diálogo com a tradição filosófica do ocidente, dos pré-socráticos aos autores contemporâneos, resultando daí um pensamento crítico e original. Situa-se, em importância filosófica, entre autores como Martin Heidegger, Jean Paul Sartre, Merleau-Ponty, Karl Jaspers e Alexis Tocqueville. Em síntese, é uma autora importante que teoriza sobre ontologia, para a qual o trabalho se configura como condição. Dessa forma, suas colocações podem contribuir para ampliar o debate sobre esta categoria.

5. ONTOLOGIA ARENDTIANA: A CONDIÇÃO HUMANA

Para contextualizar a discussão acerca do conceito de trabalho, precisamos situá-lo no contexto geral do pensamento de Arendt. Para ela, o homem enquanto ser deste mundo, vive sob certas condições, às quais deve responder. Tal abordagem é empreendida em sua importante obra *A condição humana*, em que são apresentadas as condições básicas mediante as quais a existência foi dada ao homem na Terra: vida, mundanidade e pluralidade. Suas atividades correlatas, chamadas por de *vita activa*, realizadas como respostas à condição do ser humano no mundo são o trabalho, a obra e a ação. A condição humana e a *vita activa* compõem parte da ontologia arendtiana, pois refere-se ao ser do homem, no que este tem de características fundamentais.

O trabalho é a atividade humana cujo objetivo é atender às exigências da condição animal do homem, mantendo-lhe a vida, individual e da espécie. O trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo trabalho no processo da vida.

A obra é uma atividade que transforma a natureza e converte o ser humano em "homo faber", produtor de bens dotados de durabilidade e objetividade, destinados ao uso, não ao consumo. Fabricando objetos, o ser humano instaura a mundanidade, artificialismo da existência humana. Por meio desta atividade o homem é capaz de produzir um mundo artificial de coisas a partir da própria natureza. A relação homem/natureza mediada pela atividade da obra produz coisas, objetos para serem usados, cujas existências são portadoras de certa durabilidade, da qual não desfrutam os produtos do trabalho, que são feitos para serem consumidos. A obra é uma atividade que mira um fim: o produto ou bem de uso. Os produtos da obra não se confundem com o produtor, como no caso dos produtos do trabalho, mas dele se destaca, adquirindo permanência no mundo.

A atividade da ação, diferentemente das outras duas dimensões da atividade humana que podem ser realizadas solitariamente, só é possível em termos de interação. Toda ação está inserida dentro de um contexto e pode provocar reações em cadeia impossíveis de serem previstas por quem a iniciou. É uma atividade livre que se dá estritamente na esfera pública, onde é realizada por iguais entre iguais. A ação é uma atividade a ser exercida em conjunto, mediada sempre pela palavra e pelo discurso. A ação é uma resposta à condição humana de pluralidade, por isso, é a condição política por excelência.

Assim, pode-se dizer, segundo a autora, que a soma total de todas as capacidades humanas, tanto a vida da mundanidade e a pluralidade, condições para o trabalho, a obra e a

ação, quanto o pensamento e a razão, apontam para uma condição e não para uma natureza humana. Uma condição inexorável, inarredavelmente humana, do mesmo modo que inacessível é, em última instância, para o humano, a sua própria natureza. Assim é que Arendt estabelece a diferença crucial entre condição e natureza humanas, visto que a primeira está associada ao conceito de mundo, este entendido como o conjunto de artefatos e instituições criadas pelo próprio homem, enquanto a segunda – a natureza humana – seria prolongamento de uma suposta Natureza primordial.

Uma representação esquemática do exposto pode ser observada no quadro a seguir. É importante reforçar que se trata de uma apresentação didática, estas instâncias da condição humana não são estanques ou desligadas entre si.

Quadro 2. A condição humana e suas atividades correlatas

CONDIÇÃO HUMANA	ATIVIDADES CORRELATAS
Vida	Trabalho
Mundanidade	Obra
Pluralidade	Ação

6. O QUE O HOMEM FAZ PARA RESPONDER À SUA CONDIÇÃO?

Hannah Arendt faz uma distinção, de olhos postos nas experiências gregas, entre as três dimensões da atividade humana. Tais dimensões compõem a chamada *vita activa*, e dizem respeito diretamente à condição do homem no mundo. Com a expressão *vita activa* Hannah Arendt pretende designar três atividades humanas fundamentais: trabalho, obra e ação. “Trata-se de atividades fundamentais porque a cada uma delas corresponde uma das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na Terra” (ARENDR, 2005, p. 15). A *vita activa* é “não apenas aquela em que a maioria dos homens está engajada, mas ainda aquela de que nenhum homem pode escapar completamente” (ARENDR, 2006, p. 342).

Passemos, portanto, a investigar agora em que consistem tais atividades da *vita activa* e como elas se relacionam com a condição do homem no mundo, ressaltando que a distinção entre o trabalho, a obra e a ação, deve ser considerada em seu caráter meramente analítico. Adeodato (1989) aponta que Arendt não deixa de considerar as relações de complementariedade entre os três modos principais daquelas atividades humanas, que aparecem no mundo imbricadas umas nas outras.

6.1. TRABALHO (LABOR)

A atividade do trabalho corresponde à condição humana que compreende o reino da necessidade. É a atividade humana cujo objetivo é atender às exigências da condição animal do homem, mantendo-lhe a vida; individual e da espécie. “O trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo trabalho no processo da vida” (ARENDR, 2005, p. 15).

Adeodato (1989) afirma que a necessidade coage o homem a agir e o obriga a exercer um tipo de atividade para sobreviver. Esta atividade é o trabalho. O trabalho tem a ver com o processo ininterrupto de produção de bens de consumo (alimentos, por exemplo), isto é, aqueles

bens que são imediatamente integrados ao corpo após a sua produção, e que, conseqüentemente, não têm uma permanência durável no mundo.

Desse modo, os produtos do trabalho são bens perecíveis: “Os bens de consumo, o resultado imediato do processo de trabalho, são as menos duráveis das coisas tangíveis. São, como assinalou Locke, ‘de curta duração, de modo que – se não forem consumidos – se deteriorarão e perecerão por si próprios’ (ARENDDT, 2006, p. 350). Trata-se do “metabolismo do homem com a natureza em vista da satisfação das necessidades permanentemente repostas no processo vital” (CORREIA, 2006, p. 335). Nesse sentido, o homem que trabalha para prover puramente sua existência biológica pode ser chamado de *animal laborans*.

Segundo Correia (2006), na interação que o homem estabelece com a natureza por meio do trabalho não resta nenhum vestígio duradouro. Uma vez que o homem dirige-se à natureza mediado por esta atividade ele a consome. O trabalho apenas preserva a vida no eterno ciclo de esgotamento e regeneração, de produção e de consumo.

Outra importante característica do trabalho corresponde ao fato de supor a dor e o sofrimento, por ser uma atividade necessária, que em alguma medida demanda um certo esforço, realizada porque não há outro jeito. A exigência de trabalhar é imposta pela necessidade de se alimentar, o homem trabalha por estar sujeito às exigências da vida como animal que é: animal laborans, segundo a terminologia arendtiana. Assim, corrobora Arendt (2005), dizendo que Aristóteles justificava as políticas escravagistas presentes na Grécia, pois para os gregos, relativamente à pólis, o trabalho escravo não era um instrumento de exploração com fins lucrativos, mas antes, visava excluir o trabalho das condições da vida humana, já que tudo o que os homens tinham em comum com as outras formas de vida animal era considerado inumano.

Para Arendt (2005) a atividade do trabalho tem caráter cíclico, alternando até os limites da vida entre a produção e o consumo quase que imediato. Mesmo sendo de caráter indispensável, os produtos do trabalho não deixam vestígios e se inserem perfeitamente no ciclo da natureza. O homem enquanto trabalha é animal laborans, assim como também o é enquanto vive simplesmente agregado aos demais, do mesmo modo que os animais, cuidando apenas da procriação e manutenção da vida, ou seja, nestas condições sua existência está intimamente aprisionada às necessidades biológicas. Por isso a condição humana que corresponde à atividade do trabalho é a própria vida, em seu sentido puramente biológico.

O trabalho enfim, corresponde à condição da própria vida, “participa não apenas de suas fadigas e penas, mas também da mera felicidade com que podemos experimentar o fato de estarmos vivos” (ARENDDT, 2006, p. 351). Diferentemente do que acontece nas experiências existenciais do homo faber e do agente, como veremos adiante, que se dão em um mundo artificial, não natural, do qual só os seres humanos participam, o animal laborans se mistura à própria natureza, seguindo suas leis e totalmente conformado a seus ciclos, “afadigando-se e descansando, trabalhando e consumindo, com a mesma regularidade feliz e sem propósito com a qual o dia e a noite, a vida e a morte sucedem um ao outro” (ARENDDT, 2006, p. 351).

Porém, a recompensa das fadigas e penas do trabalho, o esforço seguido da saciedade, embora não deixe coisa alguma atrás de si, “é até mais real, menos fútil que qualquer outra forma de felicidade. Ela repousa na fertilidade da natureza, na confiança serena de que aquele que, nas fadigas e penas, fez sua parte, permanece uma parte da natureza, no futuro de seus filhos e dos filhos de seus filhos” (ARENDDT, 2006, p. 351).

Para Duarte (2010) no que tange à atividade do trabalho e à condição do trabalhador, não tecemos aqui descrições ou argumentos com o intuito de desvalorizá-los, reduzindo-os ao plano da pura animalidade, mas trata-se antes de recordar, como veremos adiante, que apesar de

todo homem ser necessariamente um animal laborans, ele também pode e deve ser algo mais do que isso.

6.2. OBRA

A atividade da obra, por sua vez, corresponde ao artificialismo da existência humana. Por meio desta atividade o homem é capaz de produzir um mundo artificial de coisas a partir da própria natureza. A relação homem/natureza mediada pela atividade da obra produz coisas, objetos para serem usados, cujas existências são portadoras de certa durabilidade, da qual não desfrutam os produtos do trabalho, que são feitos para serem consumidos. Para Adeodato (1989) a obra é uma atividade que mira um fim: o produto ou bem de uso. Os produtos da obra não se confundem com o produtor, como no caso dos produtos do trabalho, mas dele se destacam, adquirindo permanência no mundo.

A obra é uma atividade que transforma a natureza ao dominá-la, como, por exemplo, ocorre no caso da árvore que se corta para se fazer uma mesa, uma cadeira, etc. “A obra de nossas mãos, distintamente do trabalho de nossos corpos, fabrica a mera variedade das coisas cuja soma total constitui o artifício humano, o mundo em que vivemos” (ARENDT, 2006, p. 351). Sendo assim, esta atividade corresponde ao caráter “não natural” da existência humana, e sua duração não está ligada, como no caso do trabalho, a um sempre recorrente ciclo vital da espécie, mas por constituir um mundo de coisas, sua duração tende sempre a ultrapassar o tempo da vida dos próprios fabricantes (ADEODATO, 1989).

A realidade e a confiabilidade do mundo humano repousam basicamente no fato de que estamos rodeados de coisas mais permanentes do que a atividade pela qual foram produzidas, e potencialmente ainda mais permanentes que a vida de seus autores. A vida humana, na medida em que é criadora do mundo, está empenhada em um constante processo de reificação; e o grau de mundanidade das coisas produzidas, cuja soma total constitui o artifício humano, depende de sua maior ou menor permanência neste mundo (ARENDT, 2005, p. 107).

É este caráter de durabilidade que concede aos objetos que constituem o mundo humano sua relativa independência em relação a seus criadores que as produziram e as usam. Sendo assim, podemos admitir que: “As coisas do mundo têm por função estabilizar a vida humana, e sua objetividade repousa no fato de que os homens, não obstante sua natureza sempre em mudança, podem recobrar sua identidade graças à sua relação com a duradoura identidade dos objetos, com a mesma cadeira hoje e amanhã, a mesma casa de outrora, do nascimento até à morte” (ARENDT, 2006, p. 354).

Através da obra, ou fabricação, “o ser humano se converte em homo faber, personagem da fabricação, e adquire suas características especificamente humanas, já que enquanto meramente trabalha ele nada mais é que o animal mais desenvolvido do planeta” (ADEODATO, 1989, p. 119). O primeiro aspecto essencial do homo faber é produzir objetos que, juntos, constituem o mundo humano. Sua atividade produz artifícios e objetos que propiciarão durabilidade para a existência humana na Terra. Os produtos fabricados pelo homo faber são portadores, de certa forma, de uma independência em relação aos seus fabricantes, e são destinados ao uso e não ao consumo, mesmo que o uso possa ser interpretado como sendo uma espécie de consumo mais lento. Esse processo de produzir coisas é chamado por Arendt de reificação: “a durabilidade e a objetividade são o resultado da fabricação, a obra que consiste em uma reificação” (ARENDT, 1996, p. 354).

A reificação possui um elemento de violência. Isso se explica na medida em que o homem para produzir, qualquer coisa que seja, precisa retirar algo de seu lugar natural, “seja matando um processo vital, como no caso da árvore que fornece a madeira, seja interrompendo

algum dos processos mais lentos da natureza, como no caso do ferro, da pedra ou do mármore, arrancados do ventre da Terra” (ARENDT, 1996, p. 354). Nesse sentido, o homo faber se impõe como sendo o senhor e mestre da natureza na medida em que é capaz de violar e parcialmente destruir tudo o que lhe foi dado. Historicamente Arendt situa o apogeu desta concepção de mundo no advento da era moderna, refletindo sobre as implicações do surgimento e avanço da ciência a partir dos trabalhos de grandes pensadores dessa época, como Galileu Galilei, Bacon e Descartes. A discussão arendtiana acerca da relação entre a *vita activa* e a era moderna encontra-se a partir do capítulo VI da *A Condição Humana*.

Outra importante característica do processo de fabricação é que este é inteiramente determinado pelas categorias dos meios e dos fins, ou seja, um objeto pronto significa o final de um processo de fabricação. Toda fabricação tem um começo definido e um fim previsível e por esta característica “já se distingue de todas as outras atividades humanas” (ARENDT, 1996, p. 355). O trabalho, por exemplo, não possui começo nem fim, mas apenas pausas que se repetem segundo um ritmo natural. Ao passo que a ação possui um começo definido, mas, não pode ter um fim previsto. Em virtude disso, a mundanidade é o resultado e a condição especial do homem enquanto produtor de objetos.

6.3 AÇÃO

A atividade da ação, diferentemente das outras duas dimensões da atividade humana, que podem ser realizadas solitariamente, só é possível em termos de interação. Toda ação está inserida dentro de um contexto e pode provocar reações em cadeia impossíveis de serem previstas por quem a iniciou. É uma atividade livre que se dá estritamente na esfera pública, onde é realizada por iguais entre iguais. A ação é uma atividade a ser exercida em conjunto, mediada sempre pela palavra e pelo discurso. Trata-se de uma atividade completamente espontânea, “toda ação é criação de um fluxo de relações (políticas), não há como prever a ação. Agir é iniciar continuamente relações” (ADEODATO, 1989, p. 11). Sendo assim, a ação tem o caráter da imprevisibilidade, suas consequências não podem ser determinadas logicamente de antemão.

Dentre essas três atividades humanas fundamentais, a ação é a única que se dá estritamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria: “com a palavra e o ato nós nos inserimos no mundo humano, e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato bruto de nosso aparecimento físico original” (ARENDT, 1996, p. 362). Por meio do nascimento nós nos ingressamos no Ser, revestimo-nos de uma existência única, mas só passamos a fazer parte de uma teia de relações que é o mundo humano na medida em que agimos uns em relação com os outros.

A inserção no mundo humano é uma inserção incondicionada, não imposta pela necessidade, como no caso do trabalho, nem motivada por carências e desejos, como no caso da fabricação, mas, seu impulso “surge do começo que veio ao mundo quando nascemos e ao qual respondemos começando algo novo por nossa própria iniciativa. Agir, em seu sentido mais geral, significa tomar uma iniciativa, começar, como indica a palavra grega *arkhein*; ou colocar algo em movimento, que é a significação do latim *agere*” (ARENDT, 1996, p. 362).

A ação “corresponde à condição humana de pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (ARENDT, 2005, p. 15), enfim, corresponde ao fato de que somos iguais e ao mesmo tempo diferentes. Somos iguais por sermos humanos, diferentes por sermos únicos, irrepetíveis. “A pluralidade é, portanto, ao mesmo tempo igualdade e distinção” (CORREIA, 2006, p. 336). Somos humanos, porém não somos repetições

fiéis de um único modelo. Cada indivíduo humano se diferencia dos demais, não é possível encontrar um indivíduo humano idêntico a outro, seja no passado, no presente ou no futuro. Agir é trazer a novidade imprevisível à luz do dia, possibilidade inscrita no fato de que em cada nascimento vem ao mundo alguém como jamais antes existiu ou existirá: O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, algo singularmente novo (ARENDT, 2005, p. 191).

A pluralidade é especificamente a condição política por excelência. “Não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam*, de toda vida política” (ARENDT, 2005, p. 15). Realmente, se fossemos todos iguais, repetições idênticas de um mesmo modelo, não teria sentido falarmos em política. É justamente no pressuposto de que somos seres plurais, imprevisíveis, que a política encontra seu sentido de existir. A pluralidade é a condição da ação humana e, “a ação tanto depende da pluralidade quanto a afirma, pois ao agir, o indivíduo confirma sua singularidade e aparece a outros indivíduos únicos” (CORREIA, 2006, p. 336).

Sem a ação, sem a capacidade de iniciar algo novo e assim articular o novo começo que entra no mundo com o nascimento de cada ser humano, a vida do homem, despendida entre o nascimento e a morte, estaria de fato irremediavelmente condenada. A própria duração da vida, seguindo em direção à morte, conduziria toda coisa humana à ruína e à destruição. A ação, com todas as suas incertezas, é como um lembrete sempre presente de que os homens, embora tenham de morrer não nasceram para morrer, mas para iniciar algo novo. *Initium ut esset homo creatus est* – “para que houvesse um início o homem foi criado”, disse Agostinho. Com a criação do homem, o princípio do começo veio ao mundo, o que é naturalmente apenas um outro modo de dizer que com a criação do homem o princípio da liberdade apareceu sobre a Terra (ARENDT, 2006, p. 365).

Até aqui, já examinamos as atividades humanas e as condições que lhes correspondem. A condição humana, porém, observa Arendt, ultrapassa essas três condições elementares. “Ela compreende algo mais do que as condições nas quais a vida foi dada ao homem” (ARENDT, 2005, p. 17). Isso se dá porque os seres humanos são seres condicionados por tudo aquilo com que entra em contato. Assim sendo, tudo aquilo que de alguma maneira estabelece relação duradoura com o ser humano torna-se automaticamente condição de sua existência. “O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido como força condicionante” (ARENDT, 2005, p. 17). Dessa maneira, a natureza e (ou) os objetos criados pelo esforço humano, e a existência humana em si, podem ser compreendidos como sendo duas partes de um todo, complementando-se mutuamente. A existência humana, por ser condicionada, não seria possível sem as coisas, por outro lado, as coisas e o mundo “seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não-mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana” (ARENDT, 2005, p. 17).

A vitória do animal laborans, diagnóstico que Hannah Arendt faz da sociedade moderna, e que passaremos a analisar no último capítulo, indica que o nosso mundo é quase inteiramente regido pela lógica do trabalho e do consumo, a qual se perpetua em um ciclo análogo aos grandes ciclos da natureza. A sociedade moderna caracteriza-se por um encadeamento linear dos eventos no processo histórico, o que segundo uma perspectiva

arendtiana, indica que estamos vivendo o último estágio de uma “sociedade de trabalhadores”, a qual requer de seus membros apenas um funcionamento automático, como se a vida individual realmente houvesse sido supressa no processo vital da espécie, em que a única decisão tomada de fato é a de deixar-se levar, “aquiescer em um tipo de comportamento entorpecido, tranquilizado, funcional” (ARENDDT, 2005, p. 335).

Para a autora de *A condição humana*, cognominada “pensadora da liberdade”, é evidente que esta forma de organização social não é adequada, pois ela impede a completude do ser humano, ao não reservar espaço para aquela que dentre as atividades humanas é a mais importante: a ação. A sociedade de massas equaliza os indivíduos, moldando-os, conforme um único perfil, suprimindo assim a pluralidade humana, condição indispensável para uma vida política sadia. Mais ainda, condição sem a qual nem sequer seria possível a política.

Segundo Arendt (2005) é exatamente por estarmos diante deste contexto, em que as sociedades de massas, regidas pelas leis do consumismo, tolhem a possibilidade de cada indivíduo mostrar-se singular, que achamos apropriado que neste ponto de nossa discussão, debruçarmo-nos mais detidamente sobre as condições e significado político da ação, pois agir, como indica a palavra grega *archein*, traz consigo o sentido de começar, ser o primeiro, imprimir movimento em alguma coisa. É justamente de iniciadores que uma sociedade de massas precisa, cidadãos conscientes que possam começar algo novo, que sejam capazes de opor suas opiniões frente às verdades impostas pela sociedade, e por isso, não tenham sua trajetória social escrita por imposições idealistas, mas que sejam eles próprios os criadores de suas próprias histórias, revelando, assim, suas faces privadas em espaços públicos e, com isso, fazendo acontecer a pluralidade, como exige a condição humana.

7. HANNAH ARENDT E A EPT

O pensamento de Hannah Arendt e a reflexão elaborada por autores da Educação Profissional e Tecnológica se intersectam na teorização da categoria trabalho.

A obra de Arendt se posiciona contra os sistemas totalitários, pois, por ser judia e alemã, viveu uma experiência de exílio e presenciou o horror perpetrado pelos nazistas. Dessa forma, uma das questões que se coloca é a busca pelo sentido da política. Na obra *A Condição Humana*, realiza uma análise sobre o ser do homem e conclui que este precisa da política por ser plural, singular, e a política, demarcada pela ação, é a construção social que suporta essa pluralidade.

A *vita activa*, como a própria expressão indica, representa um engajamento direto na experiência existencial humana, em oposição à contemplação: a atividade do trabalho é uma resposta às condições puramente biológicas do ser humano, tais como as necessidades de alimentação e de reprodução, garantindo assim a continuação da espécie; a obra é uma resposta à necessidade humana de mundanidade, os artifícios que surgem desta atividade tornam-se condição para a existência humana e amortecem os impactos da natureza sobre ela; a atividade da ação, por sua vez, surge como resposta à possibilidade dada pela pluralidade humana de nos organizarmos politicamente. Como o principal interesse de Hannah Arendt é político, a atividade da ação lhe é especialmente cara, pois é por meio dela que se torna possível estabelecer e manter a esfera dos assuntos humanos. A ação é propriamente a atividade capaz de distinguir o modo de vida dos homens da mera existência biológica dos animais, existência essa que também está presente no próprio ser do homem, pois faz parte de sua condição de ser-no-mundo, e, que é respondida pelas atividades do trabalho e da obra.

Esta atividade humana nomeada por Arendt (2005) como ação, tem uma correspondência com a dimensão política do trabalho, no sentido que os mencionados autores da EPT o tomam. Em Arendt, o conceito de ação realiza uma crítica política, uma vez que esta atividade só se realiza plenamente na esfera pública. Existem arranjos sociais que não permitem sua expressão. Quando isso acontece o ser humano não se realiza em sua plenitude. A configuração que a divisão do trabalho assume com a revolução industrial é um exemplo. O funcionário da fábrica pode tornar-se um mero adendo da máquina, e na sociedade apenas mais um na massa.

A atividade da ação só seria efetivada a partir da emancipação do trabalhador e da formação da consciência de classe. O primeiro passo seria reconhecer a concretude da luta de classes, avistar além da ideologia, assumir a própria condição e se posicionar a partir dela. Isto é reconhecer a sociedade como dual, composta pela oposição de classe. Além disso, a atividade da ação leva o homem a se reconhecer plural, do ponto de vista das diferenças individuais, assumindo sua singularidade e tornando-se respeitoso para com o outro.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se em primeiro lugar neste texto descrever brevemente o panorama das pesquisas em Educação Profissional e Tecnológica sobre a categoria trabalho. Tal objetivo foi cumprido com o auxílio do texto de Frigotto (2009), que situa os estudos a respeito do tema em duas vertentes, uma ontológica e outra histórica. Em segundo lugar foi apresentada a obra *A Condição Humana*, de Hannah Arendt, na qual a autora discorre sobre quais condições a vida humana está submetida, e quais atividades realiza para respondê-las. Por último, concluímos que podem existir pontos de aproximação entre o conceito de ação em Arendt e o trabalho em seu sentido ontológico, como categoria que contribui para a formação da consciência de classe, condição necessária para a emancipação dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEODATO, João Maurício Leitão. *O problema da legitimidade: no rastro do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt e a condição humana*. Salvador: Quarteto, 2006.

CORREIA, Adriano. *“Trabalho, obra, ação”*, Cadernos de Ética e Filosofia Política, USP, n.7, p.205-6, 2006.

CORREIA, Adriano.; NASCIMENTO, Mariângela. (Orgs.). *Hannah Arendt: entre o passado e o presente*. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

DUARTE, André Macedo. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.



III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
GESTÃO, PRÁTICA E SUAS APLICAÇÕES



FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 40, p. 168-194, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da histórica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SAVIANI, D. *Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 152–165, 2007.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input checked="" type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: **Elias Paes de Araújo**

Matrícula: **20192043310483**

Título do Trabalho: **FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO: HANNAH ARENDT E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: **30/08/2021**

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Morrinhos - GO, 30/08/2021.
Local Data

Elias Paes de Araújo

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:


MARCOS ANTONIO DE CARVALHO
121.6890

Assinatura do(a) orientador(a)